

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO EM COMPLIANCE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO EM COMPLIANCE

DISCIPLINA: GESTÃO DE COMPLIANCE
EMENTA
Compliance é um termo ainda novo, se comparado a outras funções similares no meio organizacional, e está presente como um meio importante que controla e infunde uma cultura de gestão de risco, em qualquer organização. Observamos, cada vez mais, o aumento das regulamentações, a complexidade dos ambientes interno e externo e o aumento da conscientização de todos os responsáveis para que percebam determinados riscos recebidos; e, com isso, aumenta também a necessidade de haver controle interno sobre os processos que impactam nos negócios em vigor nas organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O GERENCIAMENTO DE COMPLIANCE E SEU CONCEITO CONDUTA CORPORATIVA ÉTICA CULTURA CORPORATIVA
AULA 2 O COMITÊ COMPLIANCE OFFICE GESTÃO DE CRISES PRINCIPAIS ELEMENTOS
AULA 3 IDENTIFICANDO PROBLEMAS COMPLIANCE REGULATÓRIO PRINCIPAIS AGÊNCIAS REGULADORAS A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DE COMPLIANCE
AULA 4 VALIDAÇÃO O COMPLIANCE NAS CORPORAÇÕES COMPLIANCE EM STARTUPS IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLIANCE
AULA 5 IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SEGURANÇA PARA AS NORMAS ISO/IEC 27001 E A ISO/IEC 27002 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E O COMPLIANCE BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO DE COMPLIANCE
AULA 6 CONTROLES, RISCOS E CONDUTA PROFISSIONAL RISCOS NA ORGANIZAÇÃO COMPLIANCE E A GESTÃO DE PESSOAS CULTURA EM COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• ASSI, M. Compliance: como implementar. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

- BLOK, M. Compliance e governança corporativa: atualizado de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- CHÉR, R. Engajamento: melhores práticas de liderança, cultura organizacional e felicidade no trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

DISCIPLINA:
ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 HISTÓRICO E GLOBALIZAÇÃO O QUE É COMPLIANCE? CULTURA DO COMPLIANCE ENTENDENDO A CULTURA DO COMPLIANCE
AULA 2 LEI ANTICORRUPÇÃO TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE
AULA 3 EXECUÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO AVALIAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO DEFINIÇÃO E OBJETIVO DOS TESTES DE COMPLIANCE ALINHANDO TESTES DE COMPLIANCE NAS TRÊS LINHAS DE DEFESA
AULA 4 ANTISSUBORNO - ISO 37001 COMPLIANCE - ISO 19600 A ESTRUTURAÇÃO ABORDAGEM DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA
AULA 5 AVALIAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AVALIAÇÃO DE RISCO DE FRAUDE EXECUTANDO A AVALIAÇÃO DE RISCOS PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE PREVENÇÃO
AULA 6 TESTE DE DESIGN DE CONTROLES OTIMIZAÇÃO DA EFETIVIDADE DO CONTROLE INTERNO MONITORAMENTO CONTÍNUO OBSERVAÇÕES FINAIS

DISCIPLINA:
COMPLIANCE EMPRESARIAL
EMENTA
É importante mencionar que, muitas vezes, há dificuldades para se compreender o termo compliance, isso porque esse conceito é relativamente novo em nosso País e também porque essa palavra era utilizada apenas em ambientes corporativos de setores altamente regulados, por exemplo: financeiras, indústrias de saúde, multinacionais vinculadas a leis

internacionais de anticorrupção. Em que pese o compliance ser relativamente novo no Brasil, o instituto em si é antigo e muito difundido no exterior, mas, infelizmente, o Brasil, por muitos anos, permaneceu inerte ante à impunidade de pessoas físicas e jurídicas, que não respeitavam a legislação pátria, ética, moral etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE COMPLIANCE

PILARES DO COMPLIANCE

EMPREGADOS E CÓDIGO DE ÉTICA DA EMPRESA

STF E COMPLIANCE FRENTE À AÇÃO PENAL 470 – CASO PRÁTICO

AULA 2

ANÁLISE DE RISCOS DE UMA ORGANIZAÇÃO/EMPRESA

RISCOS – CONCEITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS

PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS QUE ORIENTARÃO CONDUTAS

AULA 3

COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

DUE DILIGENCE DE TERCEIROS

ACOMPANHAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE

DISPONIBILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE DENÚNCIAS ANÔNIMAS OU CONFIDENCIAIS

AULA 4

COMPLIANCE E NOÇÕES DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

CATEGORIA DOS CUSTOS

TIPOS DE COMPLIANCE

CASO PRÁTICO – DEMISSÃO DE EMPREGADOS QUE PEDIRAM AUXÍLIO

EMERGENCIAL INDEVIDAMENTE

AULA 5

CORRUPÇÃO NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

AS NORMAS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

SANÇÕES PREVISTAS NA LEI N. 12.846/13

AULA 6

COMPLIANCE E LEI 13.303/16

ITER CRIMINIS E COMPLIANCE

AUDITORIA INTERNA E CONTROLADORIA

FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, A. C. (Coord.). et al. Manual de compliance. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CATLETT, C. A responsabilidade pessoal dos executivos de compliance. Legis Compliance, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.legiscompliance.com.br/artigos-e-noticias/1732-a-responsabilidade-pessoal-dos-executivos-decompliance>.
- SILVEIRA, R. de M. J.; SAAD-DINIZ, E. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOVERNANÇA E COMPLIANCE
EMENTA
O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das companhias e sua gestão ou controle.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA A GOVERNANÇA PÚBLICA A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA
AULA 2 MATRIZ DE RISCOS A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE
AULA 3 O COMPLIANCE OFFICER COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE O COMPLIANCE NO BRASIL LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE
AULA 4 A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE AS MODALIDADES DE COMPLIANCE O COMPLIANCE CRIMINAL O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO
AULA 5 COMPLIANCE PÚBLICO COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016 EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES
AULA 6 INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334. Acesso em: 13 nov. 2018.• ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.• NASCIMENTO, J. O. Panorama internacional e brasileiro da governança, riscos, controle internos e compliance no setor público. In: Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção. Integridade para o desenvolvimento. Coordenadores: Marco

Aurélio Borges de Paula e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2018.

DISCIPLINA: COMPLIANCE DIGITAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO DE COMPLIANCE REDUÇÃO DE RISCOS PROGRAMA DE COMPLIANCE LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO
AULA 2 COMPLIANCE DIGITAL – LINHAS GERAIS LEI DE CRIMES CIBERNÉTICOS MARCO CIVIL DA INTERNET MARCO CIVIL – PRINCÍPIOS E ASPECTOS GERAIS
AULA 3 LGPD – ASPECTOS GERAIS CONFORMIDADE – LGPD ISO 27000 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
AULA 4 TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA OS QUATRO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL MECANISMOS DE CONTROLE
AULA 5 GESTÃO DE RISCOS MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS PRINCIPAIS RISCOS CORPORATIVOS METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
AULA 6 OS PRINCÍPIOS DA LGPD O DIREITO DO CONSUMIDOR E O MARKETING DIGITAL ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DADOS SITUAÇÕES PRÁTICAS DE COMPLIANCE DIGITAL E LGPD

DISCIPLINA: COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO
EMENTA
Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS

O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

ORIGENS MORAIS E ÉTICAS
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 4

ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE
LENIÊNCIA

AULA 5

O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

O COMPLIANCE OFFICER
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS
MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIA

- DALLAGNOL, D. A luta contra a corrupção. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.
- LUPION, B. Quais são as raízes da corrupção no Brasil. Nexo Jornal, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/13/Quais-s%C3%A3o-as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil>.
- ZILIOOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

DISCIPLINA:
AUDITORIA DE RISCOS

RESUMO

A gestão de riscos e a auditoria interna são temas cada vez mais relevantes para empresas de todos os setores, pois a complexidade das atividades financeiras e operacionais, combinada com a necessidade de atender a regulamentações cada vez mais rigorosas, faz com que esses assuntos sejam fundamentais para garantir a eficiência e a sustentabilidade dos negócios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

AUDITORIA INTERNA NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS
CONTROLE INTERNO - MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA EVITAR FRAUDES, ERROS, INEFICIÊNCIAS E CRISES
RELAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E A ANÁLISE E GESTÃO DE RISCO
ESTUDO PRÁTICO 1 - A IMPLEMENTAÇÃO DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS (ABR)

AULA 2

DEFINIÇÃO DE RISCO – CONCEITO APLICADO PELAS NORMAS
TIPOS DE RISCOS QUE AFETAM E AMEAÇAM UM MODELO DE NEGÓCIO
GESTÃO DE RISCO – IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO
ESTUDO PRÁTICO 2 – MODELOS DE GESTÃO DE RISCO

AULA 3

NORMA DE GESTÃO DE RISCO DA FERMA
NORMA DE GESTÃO DE RISCOS AUSTRALIANA AS/NZS 4360
ISO 31000- NORMA INTERNACIONAL DE GESTÃO DE RISCO
ESTUDO PRÁTICO 3 – COSO ERM FRAMEWORK PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS

AULA 4

ERRO X FRAUDE
CASOS DE FRAUDE NO BRASIL
CONTABILIDADE CRIATIVA
CONTABILIDADE CRIATIVA X FRAUDE

AULA 5

AUDITORIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS
GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE AUDITORIA
MATURIDADE EM PROJETOS E O OLHAR DA AUDITORIA
ESTUDO PRÁTICO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

AULA 6

MATERIALIDADE E O NÍVEL DE RISCO DE AUDITORIA
O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA NO RISCO E NAS TAXAS DE AUDITORIAS
PREVENÇÃO DE RISCOS FUTUROS
ESTUDO PRÁTICO 6 ATRIBUTOS DO COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 1, de 10 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio 2016.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa n. 24, de 17 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2015.
- BRASIL. Gestão de riscos: roteiro de auditoria. Brasília: TOU, 2017.

DISCIPLINA:

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema

eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS
A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

CONCEITOS FUNDAMENTAIS
HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
CONSENTIMENTO DO TITULAR
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
RESUMO
<p>O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTADA POR TIC SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS</p> <p>AULA 2 GESTÃO DE RISCOS OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS TRATAMENTO DOS RISCOS GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS</p> <p>AULA 3 ÁREAS DE CONTROLE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO</p> <p>AULA 4 CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA ASSINATURA DIGITAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS</p> <p>AULA 5 MONITORAMENTO DE TRÁFEGO REDES PRIVADAS MALWARE INVASÃO DE PRIVACIDADE</p> <p>AULA 6 GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO PRINCÍPIOS ÉTICOS</p>
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• BEAL, A. Segurança da Informação: Princípios e Melhores Práticas para a Proteção dos Ativos de Informação nas Organizações. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.• FONTES, E. Segurança da Informação. 1. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2001.• KIM, D. Fundamentos de Segurança de Sistemas de Informação. 1. ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 2014.

DISCIPLINA:
DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA
RESUMO
O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como Informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A CIBERNÉTICA O ESPAÇO CIBERNÉTICO CIBERCULTURA CIBERCRIMES
AULA 2 SEGURANÇA CIBERNÉTICA PRIVACIDADE CIBERNÉTICA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO ESPAÇO CIBERNÉTICO
AULA 3 COMPROMETIMENTO DA INTERNET GOVERNANÇA GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES RESILIÊNCIA, DISSUAÇÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES
AULA 4 POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA PARCERIAS INTERNACIONAIS DOCTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC) ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL
AULA 5 INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
AULA 6 DEFESA AMPLIADA CONTRA RANSOMWARES FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT) PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• AMORIM, C. Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil. Contexto Internacional, 2013.• BARROS, O. S. R.; GOMES, U. de M.; FREITAS, W. L. de. Segurança e defesa cibernética. Brasília: [s.n.], 2011.

- BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional, Departamento de Segurança da Informação e Comunicações; organização Claudia Canongia e Raphael Mandarino Junior. Livro Verde - Segurança Cibernética no Brasil., p. 63, 2010. Disponível em: <http://dsic.planalto.gov.br>.

DISCIPLINA: CRIMES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EMENTA
A partir do momento que o homem busca viver em sociedade, ele passa a regular sua convivência de acordo com as regras pela busca de relações harmoniosas. Diante das primeiras socializações, pode-se dizer que este é o protótipo do que se tornou o direito penal atual. Estudar a evolução histórica do direito penal é importante para a compreensão dos princípios que norteiam os sistemas de direito penal contemporâneos. Nesse contexto, podemos dividir a evolução do direito penal e suas punições em períodos e etapas, com características distintivas que influenciaram e ainda influenciam o direito penal atual.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL HISTÓRICO DO DIREITO PENAL NO BRASIL DIREITO PENAL E PRINCÍPIOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL APLICÁVEIS AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL CRIMES QUE ENVOLVEM SISTEMA DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS: CONCUSSÃO E CORRUPÇÃO PASSIVA DELITOS RELACIONADOS AO DEVER FUNCIONAL
AULA 3 CRIMES DE DESOBEDIÊNCIA E DESACATO CRIMES DE TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, CORRUPÇÃO ATIVA, DESCAMINHO E CONTRABANDO CRIMES CONTRA A CONCORRÊNCIA, INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU SINAL, SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
AULA 4 CONCEITO DE LICITAÇÃO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO VALORES E LIMITES NAS LICITAÇÕES SERVIDOR PÚBLICO E CONDUTAS TIPIFICADAS NA LEI N. 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021 E ALTERAÇÕES
AULA 5 TIPOS PENAS I TIPOS PENAS II ASPECTOS RELEVANTES DA LEI N. 12.846/2013 – LEI ANTICORRUPÇÃO DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA
AULA 6 ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO

ILÍCITO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO
ATOS DE IMPROBIDADE QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO
ALTERAÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELA LEI N. 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021
DAS PENAS APLICÁVEIS AOS ATOS DE IMPROBIDADE, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENAIS, CIVIS E ADMINISTRATIVAS, NOS TERMOS DAS LEIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

BIBLIOGRAFIA

- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- MIRABETE, J. F. Manual de Direito Penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. III.

DISCIPLINA:

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BUROCRÁTICA
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE
A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL
A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL

AULA 2

O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE
OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE
CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

AULA 3

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO
MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO
FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

AULA 4

O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO
OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO

AULA 5

A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA
AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA
LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL
O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

AULA 6

O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE
A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS

RECURSOS PÚBLICOS A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA
--